

Entretanto, não podemos deixar de salientar, a utilidade da obra para o estudosos dos comportamentos sociais e mentais brasileiros. O livro abre novos horizontes e leva a um re-exame das idéias a esse respeito.

GLACYRA LAZZARI LEITE

*

* * *

MOTA (Carlos Guilherme) (Organizado por). — 1822: *Dimensões*. Coleção “Debates” nº 67. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972, 487 pp.

A comemoração dos cento e cinquenta anos da Independência do Brasil proporcionou a publicação de dezenas de artigos, conferências e livros. É natural o fato, que a data devia ser festejada. Se se fizer exame dessa enorme produção que se diz historiográfica, no entanto, o resultado será desalentador, que pouco se produziu de interesse ou importância. É lamentável que a História seja invocada apenas nesses momentos, como se sua tarefa consistisse em marcar efemérides, com festas. Em centros adiantados, confere-se à História outro papel, como se vê na Inglaterra, nos Estados Unidos, na União Soviética, em que o historiador é ouvido como técnico que tem uma palavra a dizer, não como o orador que lembra o passado para glorificar o presente, em perspectiva ideológica de conteúdo pobre. O conceito comum que se tem de História no Brasil — que infelizmente não é só do povo, mas das autoridades, e, o que é pior, da maior parte dos que se chamam historiadores ou dirigem os cursos de História da Universidade, no equívoco do amadorismo que explica a fragil qualidade da historiografia nacional, na produção média — é que ela é o estudo do passado, como ornamento, erudição ou matéria a ser usada nos momentos de celebração. Perde-se assim o seu sentido, falseia-se a sua natureza e os resultados aí estão, na insuficiente categoria da quase totalidade do que se publica, que nada mais é que crônica ou discurso. Ainda é cedo para balanço do que representou o ano de 72 para esclarecimento do fato estudado — a Independência. Há muito a aparecer. Do que se conhece, há pouco de contribuição original, como pesquisa de fontes ou enfoque interpretativo.

É nesse quadro de edições que se deve colocar o livro organizado por Carlos Guilherme Mota (1822: *Dimensões* — Coleção Debates, nº 67 — São Paulo, Editora Perspectiva, 1972 — 487 p.). O que primeiro chama a atenção é que a coletânea não foi feita como comemoração por discursos, mas como estudo. De fato, as grandes datas, colocando problemas básicos, proporcionam análises, revisões e novidades que enriquecem o conhecimento que se tem de determinado episódio ou época. A melhor comemoração, pois, é o estudo crítico. Com essa preocupação é que o jovem historiador de São Paulo, que trabalha exatamente tal linha de indagações, como se vê com seus dois livros *Atitudes de inovação no Brasil e Nordeste 1817*, convocou alguns companheiros de ofício, brasileiros e

estrangeiros, para exame da Independência, em suas justas dimensões. Se o propósito era correto — o que conduz o leitor a expectativa favorável —, melhor se configura na breve introdução do organizador. Ve-se ai que a coletânea não é crônica ou oração apologética, mas estudo objetivo: “enquanto sociólogos, economistas e cientistas políticos se debatem no Brasil de hoje com a problemática da ‘dependência’, muitos historiadores continuam numa linha estreitamente formalista, aceitando a ‘independência’ como um fato que se esgota no dia de sua proclamação” (p. 10). Mais: “problemas complexos podem se apresentar, como o da necessidade de definição da sociedade colonial, cuja estruturação explicará o domínio das ‘persistências’, mais que o das mudanças no período subsequente” (p. 11), questionando a natureza da sociedade — se de classes ou estamentos, se estamental-escravista. Pretendendo “abordagem menos acadêmica” (p. 11), realça que “o caráter polêmico das notas visa suscitar o debate, objetivo primordial das análises presentes” (p. 12). A nota preliminar promete muito.

Passado à obra, percebe-se que ela é bem dividida em duas partes — Das dependências e Das independências. A imagem favorável vai sendo fortalecida. A leitura dos vários capítulos, porém, não confirma a expectativa. O leitor não se decepciona, em primeiro lugar pelo fato de que a coletânea foi feita realmente com critério, não é a crônica de glórias ou o endeusamento do presente pelo passado, como se vê na produção comum do gênero. Em segundo lugar, é que há sempre um certo nível, de investigação ou interpretação, que mostra que os autores não fazem História por amadorismo. Entretanto, pelas premissas da nota introdutória, pelos nomes do organizador e dos colaboradores, era de esperar mais do que aparece, o que desaponta um pouco o leitor, que deve concluir que 1822: *Dimensões* não é ainda o livro que a data exigia e seus autores poderiam dar. A falta, parece-nos, provem de que as colaborações — sobretudo na primeira parte — são resumos ou novas versões de textos apresentados, de modo que não há contribuição nova; por outro lado — sobretudo na segunda parte —, há muitas repetições, que tornam a leitura um tanto monótona. Para esclarecer a crítica, nada melhor que exemplos, entrando na análise, ainda que sumária, de algumas colaborações.

“Das dependências” apresenta certos capítulos em que os autores tratam de matéria que cultivam e sobre a qual já escreveram, às vezes até livros. É o caso, por exemplo, de Fernando Antônio Novais, Jacques Godechot e Frédéric Mauro. Ora, o tema já teve melhor tratamento em outros estudos dos mesmos autores: veja-se o de Fernando Antônio Novais, por exemplo, que abordou o assunto de modo mais rico pelo menos em dois outros locais; parece que o autor não quer mais dizer o que disse, o que pode esquematizar excessivamente a sua apresentação. O mesmo se pode notar de Godechot e Mauro. Godechot tem livro sobre o assunto que compõe em poucas páginas, que chegam a ficar quase dessoradas. Frédéric Mauro também não se entrega muito ao tema que fixou,

concluindo com a afirmativa discutível de que “a Independência do Brasil sobreveio num momento de euforia econômica” (p. 47). O texto de Carlos Guilherme Mota sobre “europeus no Brasil à época da Independência” já fora publicado: como artigo é ineligiante e interessante, mas como capítulo de livro deixa a desejar, uma vez que há muito mais a ser dito sobre o assunto do que consta aqui, o que se explica pelo fato de o autor não ter intenção de “realizar um levantamento (...) de maneira sistemática” (p. 57). Mesmo sem esse levantamento, consigne-se que aspectos fundamentais do tema não são tratados. O longo capítulo de Emilia Viotti da Costa sobre José Bonifácio também é interessante, como tudo que é da autora, mas não representa contribuição original. O historiador Joel Serrão comparece com um título que muito promete — Os remoinhos portugueses da Independência do Brasil —, mas pouco desenvolve seu material. O que há de melhor, pois, são os capítulos de Fernando Tomaz — portugues que escreve sobre “brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-22” —, pela pesquisa mais extensa e elaboração, e Maria Odila Silva Dias, com “a interiorização da Metrópole” (1808-53).

Já a segunda parte — Das Independências — estuda o problema nas diferentes áreas: Norte, Nordeste, Bahia, Goiás, Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, apresentados por autoridades nos diferentes assuntos. O que se verifica é uma grande riqueza informativa, que faz deles fontes de consulta, de alcance variável. Como se dá nas obras do gênero, é impossível evitar repetições, uma vez que há muito de comum nas diferentes Províncias. Demais, pela natureza de apresentação que os autores deram, há longas passagens exclusivamente descritivas e que nem sempre são novidades, que o assunto se encontra em outras obras. Só o capítulo sobre o Nordeste, de Carlos Guilherme Mota, escapa a essa característica, pois não é reconstituição de episódios: aí o que se cogita é do processo. Em outros há passagens — em geral introdutórias — que fogem ao tom narrativo. O que explica o conjunto é o propósito de apresentar a independência em diferentes áreas: tem-se rico material informativo, mas não se poderia evitar certo acento monótono de repetição. Alguns se lançam a esboçar uma problemática (Zélia Cavalcanti, Sérgio Paulo Moreyra, Paulo de Sales Oliveira, Francisco Falcon), mas não a perseguiram, que a pesquisa não foi suficiente para dar material mais conclusivo.

Capítulo util como referência para o estudioso é o que trata da “Historiografia, bibliografia, documentos”, de Giselda Mota. Tem-se aí um bom guia para quantos se interessam pelo assunto. Já Maria Odila Silva Dias iniciava o seu texto falando da historiografia (p. 161 e seguintes). Giselda Mota aprofunda a questão, mostrando as principais tendências da historiografia, com alguns comentários quase sempre exatos; continua com bibliografia longa e cuidada, concluindo com documentos. Não se podem deixar de lado algumas observações sobre o que apresenta. A propósito da contribuição de Caio Prado Junior, por exemplo, cujo valor com justeza enaltece, cita os livros pela edição que con-

sultou, sem sequer dizer o ano da primeira edição, o que é indispensável em roteiros do gênero (p. 382), que devem dar a linha evolutiva da interpretação. Demais, não concede o devido realce a *Evolução política do Brasil*: é certo que *Formação do Brasil contemporâneo* é mais importante, pelo quadro que dá — o mais completo até hoje sobre a época. Acontece que o livro é de 1942, quando Caio Prado Junior faz a estréia como historiador com *Evolução política do Brasil*, que é de 1933 e onde se contém um a análise admirável, apesar de breve, do que foi o processo da Independência. Muito do que se escreveu depois repete, no todo ou em parte, esse livro de um autor então jovem que relevava profunda capacidade de captar o essencial. Curioso é que Maria Odila Silva Dias, que tanto destaca a obra do historiador, nem faça referência a esse primeiro escrito. Se faz citação do livro *Evolução política do Brasil e outros estudos*, é do ensaio sobre “O Tamoio e a política dos Andradas na Independência do Brasil” (p. 161), que aparece em edição de 1963, em que o livro que nos interessa e para o qual chamamos a atenção é reeditado, com “outros estudos”. As duas autoras não tomam conhecimento do pequeno e lúcido livro de 33 (Giselda Mota dedica-lhe poucas linhas — p. 383-4 e 429 —, Maria Odila nem o refere), como também não o citam os outros colaboradores do volume, quando ele é tão decisivo para o tema. Será largamente repetido depois, em parte, como se vê em Raimundo Faoro ou Emilia Viotti da Costa, cujos trabalhos são a todo momento citados ao longo da coletânea. Outra referência que se deseja fazer é que a autora da bibliografia faz comentários a alguns livros, deixando a maior parte em simples citação. Ora, entre os comentados, se alguns são realmente essenciais, há outros que não têm a mesma importância e merecem muitas linhas, como se fossem textos fundamentais, como se poderia demonstrar. Como em toda obra do gênero, pode-se apontar uma ou outra omissão: devia aparecer, por exemplo, a obra de Charles Webster — *Britain and the Independence of Latin America, 1812-30* (Londres, 2 volumes, 1938). São breves observações que em nada diminuem o enorme e valioso trabalho de Giselda Mota, que se apresenta ao público pela primeira vez e já revela amadurecimento, inteligência e probidade.

Antes de encerrar a nota, lembre-se que há assuntos fundamentais para o dimensionamento de 1822 que não foram tratados: entre outros, a situação econômica e financeira do Brasil então, bem como a de Portugal, que são objeto apenas de referências em capítulos como os de Fernando Antônio Novais e Frédéric Mauro, quando a matéria exigiria atenção especial. Ou a comparação do processo emancipador do Brasil e o das colônias espanholas, tão elucidativo do rumo que tomou depois a América Latina. A resposta de que encompridariam o volume é pobre, uma vez que poderiam substituir um ou dois textos cujos assuntos não têm igual relevo.

Em balanço final, queremos dizer que *1822: Dimensões* é livro útil para o estudioso, que o consulta com proveito. Saudamos nele, sobretudo, o fato de

ser dedicado à Independência, na data comemorativa, sem o acento ingênuo das inúmeras obras que se publicaram, em falso conceito do que seja História. Esta é uma obra de História, escrita com objetividade e crítica, não invocação ingênuas. Se lhe fazemos tantos reparos é exatamente pelo que representa de exato e sério. O certo é que, pelo organizador e pelos colaboradores, por algumas premissas que se anunciam, ela promete mais que dá. Pretende ser revisionista, não-acadêmica, abridora de caminhos, quando só em raros momentos aflora essas notas. É livro útil, mas não é ainda o que se devia fazer para marcar a passagem do século e meio de independência. Como coletânea de estudos, faltou por certo aos autores tempo para pesquisas e reflexões que permitissem um passo mais expressivo do que é dado neste 1822: *Dimensões*, mais um título à laboriosa e lúcida carreira de historiador de Carlos Guilherme Mota.

FRANCISCO IGLÉSIAS

*

* * *

BROUÉ (Pierre). — *La Révolution Espagnole: 1931-1939*. Coleção “Questions d’Histoire” dirigida por Marc Ferro. Flammarion. 1973. 190 pp.

Sob o número 32 da coleção *Questions d’Histoire*, dirigida por Marc Ferro, Pierre Broué analisa a Revolução Espanhola, balizada cronologicamente entre 1931-1939.

A obra dividida em duas partes principais estuda: na primeira “os fatos” e na segunda “a documentação”.

O objetivo central do trabalho está dirigido para o mesmo enfoque já tentado por Emile Témime no livro *La Révolution et la Guerre d’Espagne*. Ambos mostram este processo revolucionário como autônomo e não um capítulo anterior a Guerra Civil que por sua vez é geralmente surpreendida como prefácio da Segunda Grande Guerra. Broué se propõe a simplificar a análise de Témime caracterizando ainda mais a revolução com uma problemática elementar mas independente.

La Révolution Espagnole é um cuidadoso estudo demográfico que relaciona a repartição da terra e do poder com a insatisfação do operariado, dos campões e dos estudantes. O trabalho é desenvolvido ao nível do conceito “ação-consciente” apontada por Cesar Lourenço em seu estudo *Les Anarchistes Espagnols et le Pouvoir*. A conclusão reforça a proposta central de Broué, evidenciando a existência de um movimento trabalhista organizado, com partidos e sindicatos, atingindo as massas rurais, os milhões de operários miseráveis das cidades, das minas e dos campos.